



## Orçamento 2012 terá R\$ 5,45 bilhões para emendas coletivas

Pedro França/Senado Federal



CMO trata das emendas de comissões e de bancadas: valor previsto para 2012 é três vezes superior ao de 2011

Relatores setoriais terão de adequar o valor disponível às 539 emendas acolhidas, que somaram R\$ 68,39 bilhões. A expectativa é votar os pareceres na Comissão de Orçamento até quinta-feira da próxima semana

Os dez relatores setoriais do projeto orçamentário 2012 terão um total de R\$ 5,45 bilhões para atender às emendas coletivas de bancadas e comissões. O valor é três vezes superior ao de 2011, mas bem inferior à soma prevista pelas 539 emendas acolhidas pelos relatores: R\$ 68,39 bilhões.

Segundo o relator-geral, deputado Arlindo Chinaglia, até o dia 9 o governo vai anunciar a reestimativa da receita. E, se houver previsão de recursos adicionais, eles serão distribuídos proporcionalmente entre os setores. Pelo cronograma, o relatório final deve ser votado até dia 21 pelo Plenário do Congresso. **3**

especial  
**Cidadania**

## População ajuda a dar transparência ao governo **8**

### Senado discute dano ambiental de vazamento da Chevron

Duas comissões tratam do assunto com representantes da empresa e de órgãos federais e estaduais. **4**

### Líderes definem hoje calendário de votações em Plenário

Estão na pauta a prorrogação da DRU e mais recursos para a saúde, além do Código Florestal. **3**

### Financiamento do BID ao Interlegis é prorrogado

O Ministério da Fazenda autorizou que o empréstimo externo seja estendido até dezembro de 2013. **2**

## Código Florestal: votação iminente

O relatório de Jorge Viana foi entregue à Mesa com pedido de urgência e pode ser votado nesta semana em Plenário, se assim

for decidido hoje pelos líderes. Ainda não há entendimento sobre pontos polêmicos, como as normas para os apicuns. **5**

Laboratório de Camarões, Itaipava/UFSC



Fazenda de camarão em Santa Catarina: regularização da atividade em parte dos manguezais (apicuns) é polêmica



Gerardo Magela/Senado Federal

Paim (C) na audiência: combate ao bullying exige soma de esforços

### Especialistas pregam ação conjunta para enfrentar bullying

Especialistas defenderam ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a união entre professores,

funcionários, pais e alunos como saída para combater a prática do bullying — atos repetitivos de violência física ou psicológica no ambiente escolar. **7**



Luiz Confins/Freitas/Senado Federal

Em abril, Sarney, ao lado de Haroldo Tajra, garantiu ao representante do BID, Fernando Carrillo (E), apoio ao Interlegis

## Contrato do Senado com o BID é prorrogado até 2013

A parceria obteve a aprovação do Ministério da Fazenda e foi estendida até 10 de dezembro de 2013. O contrato assegura o financiamento externo das ações desenvolvidas pelo Programa Interlegis II

A PARCERIA INTERNACIONAL ENTRE o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pela modernização e integração do Poder Legislativo foi prorrogada até 10 de dezembro de 2013. Conforme comunicado da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip), do Ministério da Fazenda, foi acolhida a Recomendação 644, da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), de 22 de setembro, no sentido de prorrogar o prazo do contrato de empréstimo, que garante a continuidade das ações do Interlegis II.

A decisão foi comunicada aos dirigentes do Interlegis, Haroldo Tajra; do BID, Fernando Carrillo; e do Ministério do Planejamento (Cofix), Rodrigo Vieira.

A Cofix aprovou a

operação e a recomendação foi encaminhada ao Ministério da Fazenda em 29 de setembro. Para que o processo se consumisse, era necessário o acolhimento pela Fazenda.

### Interlegis II

Criado em 1997, o Programa Interlegis é considerado o maior programa do Senado para a modernização e integração do Legislativo brasileiro, uma iniciativa inédita no mundo. Suas ações são dirigidas às câmaras municipais e assembleias legislativas, para organização de processos, capacitação de parlamentares e servidores e implantação de tecnologia de ponta desenvolvida especificamente para as Casas legislativas.

O programa usa ferramentas como internet e videoconferência, que permitem a

comunicação e a troca de experiências entre os Legislativos e o público, visando aumentar a participação da população.

Também oferece vários produtos e serviços gratuitos, como o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo e o Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar, além do Portal-Modelo para internet e sua hospedagem e da área de capacitação, com diversos cursos presenciais e a distância.

Depois de uma primeira fase, com a capacitação, doação de equipamentos e programas de informática — mais de 4.300 câmaras municipais aderiram ao programa e 3.544 receberam computador e impressora —, o programa entrou em nova etapa — o Interlegis II. Atualmente, investe em ações diretas que valorizam e otimizam os recursos humanos.



Ana Volpe/Senado Federal

Ana Claudia Abreu (E), Rosa Vasconcelos, Doris Peixoto, Maria do Socorro de Santa Brígida e Edna Carvalho lançam manual

## Novo manual torna gestão do Senado mais ágil

O Senado lançou ontem o *Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo Administrativo*, que vai facilitar a tramitação e a localização dos processos na Casa.

O manual faz parte da revisão no fluxo de trabalho

das áreas administrativas, que já teve como resultado a redução de 70% no número de processos que passam inicialmente pela Diretoria-Geral. Os processos agora são encaminhados diretamente às áreas competentes.

Com o manual, a tramitação dos processos será mais rápida e os mecanismos de busca, mais eficientes. Ao tornar a gestão mais eficiente, economizam-se recursos e evita-se que tarefas tenham de ser refeitas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário DRU

14h Na pauta de votações, quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 87/11, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

## Presidência Reunião da Mesa

10h30 José Sarney recebe os pareceres do novo Código Florestal; às 11h, reunião da Mesa; às 12h, recebe a ex-ministra Marina Silva e membros do Comitê em Defesa das Florestas; às 13h, almoço oferecido pelo presidente da Câmara, Marco Maia, às bancadas do PMDB; às 15h40, encontra o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 18h, recebe José Antônio Brito e Edson Menezes, do Comitê Olímpico Brasileiro.

## CMA/CMMC Vazamento de petróleo

9h A Comissão de Meio Ambiente promove audiência pública com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para debater os danos causados pelo vazamento de petróleo na Baía de Campos, no Rio de Janeiro. Entre os convidados, Carlos Minc, secretário do Ambiente do Rio de Janeiro; e o representante da Chevron Brasil Luiz Alberto Borges Bastos.

## Faixa de fronteira Relações internacionais

9h Audiência pública na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A audiência faz parte de ciclo de debates sobre relações com os países vizinhos.

## Previdência Desaposementação

9h "Desaposementação e reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo" é o tema de debate na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que faz parte da CAS.

## CAE Recursos do FAT

10h Na pauta de 20 itens da Comissão de Assuntos Econômicos, consta votação em turno suplementar do projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do FAT. Às 11h30, debate para instruir projeto que revigora a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso.

## CE Merenda escolar

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte determina que governos estaduais e prefeituras que não garantirem merenda escolar que atenda às necessidades nutricionais dos alunos poderão ser responsabilizados administrativa, civil e criminalmente.

## Requerimentos Direção da Casa

11h Reunião da Mesa do Senado para análise de requerimentos, entre outros assuntos.

## CDH Punição para homofobia

14h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater projeto de lei da Câmara que estabeleça punições para quem discriminar homossexuais. O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, é um dos convidados.

## CDR Empresa responsável

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional examina projeto que institui o balanço social empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável. O projeto permite ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome emitir o selo, a ser concedido às empresas que publicarem seu balanço social empresarial, sendo proibida a concessão do selo a empresas que cometam crimes ambientais, adotem práticas discriminatórias ou estejam envolvidas com exploração do trabalho infantil ou qualquer forma de trabalho forçado.

## Drogas Visitas à Europa

14h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros reúne-se para ouvir o relato da missão oficial realizada na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal para conhecer políticas adotadas por esses países para os dependentes químicos.

## CMO Orçamento 2012

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para examinar as emendas apresentadas ao Orçamento de 2012.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Líderes definem hoje a pauta do Plenário

Os líderes reúnem-se hoje para decidir a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 114/11) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até dezembro de 2015 e tem o mesmo teor da PEC 87/11, que já foi aprovada pela Câmara. Ontem ocorreu a quarta sessão de discussão da PEC 87/11, o que permite que a votação em primeiro turno seja realizada hoje. Caso um terço dos senadores proponham emendas, a PEC voltará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As lideranças devem tratar também da votação do Código Florestal.

O primeiro item da pauta, é o PLS 121/07, que regulamenta a Emenda 29 e cuja votação foi exigida como condição para que DEM e PSDB votem as PECs da DRU.



Luiz Alves/Senado Federal

Eduardo Amorim lembra que média internacional é de 40%

## Amorim: União deve financiar 10% da saúde

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu o piso de 10% da receita corrente bruta da União para a área da saúde. A definição de percentuais mínimos de investimento é objeto de projeto (PLS 121/07) que regulamenta a Emenda 29 e consta da pauta do Plenário. Ainda não há acordo, já que o governo diz não ter como arcar com os 10%.

A primeira versão do texto previa esse percentual, mas depois que passou pela Câmara, estão previstos percentuais fixos só para estados (12%) e municípios (15%). O mínimo a ser gasto pela União será calculado com base no montante do ano anterior e na variação do produto interno bruto (PIB).

— Devemos lembrar que o desempenho brasileiro no financiamento público em saúde é 40% abaixo da média internacional. Já somos considerados o 7º maior PIB do planeta, mas ostentamos o 72º lugar no quesito investimento público em saúde.

Teto do valor global foi anunciado ontem, mas os dez relatores setoriais já acolheram emendas que chegam a R\$ 68,39 bilhões

# Emendas coletivas ao Orçamento 2012 vão totalizar R\$ 5,45 bilhões

OS DEZ RELATORES setoriais do Orçamento de 2012 terão R\$ 5,45 bilhões para atender às emendas coletivas de bancadas e comissões. Esse valor é três vezes superior ao reservado em 2011, mas o valor das 539 emendas já acolhidas pelos relatores setoriais (apenas uma a mais que em 2011) somou R\$ 68,39 bilhões — R\$ 62,94 bilhões a mais que o máximo disponível.

Até o dia 9 o governo vai anunciar reestimativa da receita orçamentária. O relator do projeto orçamentário de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), acredita que, se forem anunciados recursos adicionais, eles serão proporcionalmente distribuídos entre os relatores setoriais. A receita do Orçamento de 2012 é relatada por Acir Gurgacz (PDT-RO).

A área mais beneficiada nas emendas acolhidas pelos relatores foi educação, com 114 emendas, seguida de planejamento e desenvolvimento urbano, com 73; turismo, 72; meio ambiente, 58; saúde, 56; infraestrutura, 49; justiça, 38;



Pedro Franco/Senado Federal

Comissão Mista de Orçamento volta a se reunir hoje e tem até o dia 8 para concluir votação dos relatórios setoriais

agricultura, 38; Poderes do Estado, 33; e trabalho, 8.

Os números foram anunciados ontem por Chinaglia, em reunião na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Daquele total de R\$ 5,45 bilhões, está reservado R\$ 1,48 bilhão para emendas de comissão, de acordo com resolução do Congresso.

A CMO volta a se reunir hoje, às 14h30, e deve concluir a votação dos dez relatórios setoriais até quinta-feira da semana que vem, dia 8. Já o relatório final da proposta orçamentária deverá estar

pronto no dia 15, sendo votado no dia 19 na comissão. O parecer da CMO deverá ser votado pelo Congresso Nacional até o dia 21.

## Os relatores

O Orçamento de 2012 tem os seguintes senadores como relatores setoriais: Delcídio do Amaral (PT-MS), na área de infraestrutura; Cyro Miranda (PSDB-GO), com educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; Inácio Arruda (PCdoB-CE), com Poderes do Estado e representação; e Ricardo Ferraço

(PMDB-ES), com agricultura e desenvolvimento agrário.

Os demais relatores setoriais do Orçamento 2012 são os deputados Rui Costa (PT-BA), na área da saúde; José Priante (PMDB-PA), com integração nacional e meio ambiente; Giroto (PR-MS), com planejamento e desenvolvimento urbano; Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), com fazenda, desenvolvimento e turismo; Dilceu Sperafico (PP-PR), com justiça e defesa; e Efraim Filho (DEM-PB), com trabalho, previdência e assistência social.

## Congresso vota créditos para ministérios na quinta-feira

O Congresso deve votar na quinta-feira uma série de autorizações de créditos suplementares para reforço da Lei Orçamentária. A reunião está marcada para o meio-dia, no plenário da Câmara.

Os PLNs 26/11, 46/11 e 48/11 destinam-se ao Ministério dos Transportes, em um total de R\$ 197,93 milhões. Outros beneficiados são os ministérios do Planejamento, com R\$ 90,98 milhões (PLN 8/11); o da Justiça e o da Defesa, com R\$ 16,5 milhões (PLN 15/11); e os da Previdência Social, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, com R\$ 1,99 bilhão (PLN 33/11).

Também devem ser contem-

plados os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, com R\$ 96,80 milhões (PLN 32/11); o da Saúde, com R\$ 300 mil (PLN 35/11); os do Desenvolvimento Agrário e da Pesca, com R\$ 403,72 milhões (PLN 43/11); e os do Planejamento e das Cidades, com R\$ 47,70 milhões (PLN 52/11).

O PLN 19/11 reserva R\$ 300 milhões para o da Agricultura e operações de crédito. O PLN 23/11 prevê R\$ 1,12 bilhão a estatais de energia e ao Instituto de Resseguros do Brasil. Já o PLN 14/11 propõe R\$ 445,64 milhões para estatais portuárias e de energia, com redução de investimento de R\$ 179,72 milhões.

## Em emendas individuais, Suplicy privilegia escolas e hospitais

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter destinado majoritariamente à saúde e à educação suas emendas individuais ao Orçamento de 2012.

Segundo o senador, dos R\$ 15 milhões disponíveis para emendas individuais, ele separou R\$ 9,6 milhões para hospitais, R\$ 2,4 milhões para escolas e universidades e outros R\$ 2 milhões para o desenvolvimento urbano no estado de São Paulo.

Suplicy observou que a maioria de suas emendas foi destinada ao setor público.



Luiz Alves/Senado Federal

Eduardo Suplicy

Quanto aos recursos que encaminhou para entidades privadas — como santas casas —, ele disse ter tido o cuidado de obter informações sobre sua idoneidade nas prefeituras.

— Avalio que tão importante quanto destinar recursos orçamentários para entidades que prestam excelentes serviços à população de São Paulo é fazê-lo de modo transparente, visando possibilitar que todo cidadão possa acompanhar, de forma direta, a aplicação dos recursos oriundos dos tributos pagos por todos nós.

## Projeto obriga divulgação de balanço social

Nos moldes dos balanços patrimoniais, publicados anualmente em jornais, as empresas poderão ter de divulgar seus balanços sociais empresariais — uma prestação de contas das ações de responsabilidade social.

A proposta consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), a ser analisado hoje pela Co-

missão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

No balanço social, seriam incluídos gastos com empregados (alimentação, saúde e educação) e com a comunidade (doações e projetos culturais) e investimentos ambientais, entre outras despesas.

A publicação do novo balanço daria às empresas direito

ao Selo Empresa Responsável, que funcionaria como critério de desempate em licitações.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), afirma que o projeto tem por objetivo “estimular a divulgação de informações de natureza social e ambiental, demonstrando à sociedade a participação e a responsabilidade social e ambiental de cada empresa”.



Luiz Alves/Senado Federal

Lúcia Vânia, a autora, propõe balanço social e ambiental de firmas

# Senado debate danos por vazamento de óleo

Duas comissões reúnem representantes da Chevron e autoridades envolvidas no caso ocorrido há duas semanas no litoral fluminense

O SENADO DEBATE hoje, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo em plataforma utilizada pela empresa norte-americana Chevron na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro.

Foram convidados o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima; o presidente do Ibama, Curt Trennepohl; o subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal Mario José Gisi; o secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc; e o representante da Chevron, Luiz Alberto Bastos.

Na última quarta-feira, a ANP determinou a suspensão das atividades de perfuração no Campo de Frade, onde ocorreu o acidente, até que sejam identificadas as causas e os responsáveis pelo vazamento de petróleo, bem como restabelecidas as condições de segurança na área. A deliberação suspendeu ainda toda atividade de perfuração da Chevron em território nacional.

Na mesma decisão, a ANP rejeitou pedido da concessionária para perfurar novo poço no Campo de Frade, com o objetivo de atingir o pré-sal. No entender da agência, a perfuração de reservatórios no pré-sal implicaria riscos de natureza idêntica aos ocorridos no poço que originou o vazamento, que poderiam ser agravados pela maior profundidade da região.

O debate será realizado em conjunto com a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.



Barcos trabalham, junto à plataforma da Chevron, na contenção do vazamento de petróleo no Campo de Frade

Rogério Santana/Governo do Rio de Janeiro



Blairo Maggi quer que Código Florestal seja votado até quinta-feira

## Blairo defende votação de código esta semana

Blairo Maggi (PR-MT) solicitou ao presidente do Senado, José Sarney, e aos líderes partidários que o relatório final do novo Código Florestal (PLC 30/11) seja lido hoje em Plenário, para que possa ser votado amanhã ou quinta-feira. O senador recebeu o apoio de José Pimentel (PT-CE), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

De acordo com Blairo, os pequenos produtores estão encontrando dificuldades para entender o projeto, como a recuperação das áreas de proteção permanente (APPs) no chamado olho d'água ou vertente. A lei diz que a proteção deveria ser feita em um raio de 50 metros. No entanto, no decorrer do processo, essa área foi reduzida de um raio

de 50 metros para 30 metros. Outra questão diz respeito ao uso da madeira da reserva legal na pequena propriedade. No texto final, explicou, ficou garantido o direito de uso, sem um plano de manejo, para o pequeno produtor que possui até quatro módulos. A reserva legal deverá ser do tamanho que tinha até 22 de julho de 2008.

## Walter Pinheiro celebra energia eólica



Luiz Alves/Senado Federal

O aumento da produção de energia eólica na Bahia foi comemorado ontem por Walter Pinheiro (PT-BA). Ele mencionou a instalação, até janeiro, do primeiro parque eólico em

Brota de Macaúbas, na Chapada Diamantina, a 600 quilômetros de Salvador, com capacidade de geração de 90 MW e investimentos de R\$ 400 milhões.

— A Bahia hoje representa 20% do que foi disponibilizado em leilões públicos para geração de energia eólica em todo o país. Vamos completar 52 parques eólicos até 2014, fruto dessa política de atração de investimentos e, ao mesmo tempo, da instalação dessa base de geração de energia — celebrou o senador.

## Anibal: críticas a Viana são injustas



Luiz Alves/Senado Federal

O relatório apresentado pelo senador Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de Código Florestal é “comprometido com a defesa das florestas, rios e mananciais brasileiros e com a continuidade da produção nacional”. A avaliação foi feita por Anibal Diniz (PT-AC), que também elogiou o trabalho de Luiz Henrique (PMDB-SC). Ele acredita que, havendo inversão de pauta, o projeto possa ser votado ainda hoje.

Anibal Diniz reclamou das duras críticas sofridas por Viana.

— Não é justo que se assaque contra Jorge Viana qualquer dúvida quanto à sua completa devoção à defesa da floresta e à defesa dos homens da floresta — disse.

## Ângela: novo código beneficia Roraima



Luiz Alves/Senado Federal

Ângela Portela (PT-RR) agradeceu ao relator do projeto do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, pela inclusão na proposta

de dispositivo que reduz em 50% a exigência de reserva legal para estados da região Norte com mais de 65% de área preservada.

A senadora estendeu os agradecimentos ao governo federal e à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

— Para Roraima, o meu estado, e para o Amapá, isso vai contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico — destacou a parlamentar.

## Alvaro volta a defender saída de Carlos Lupi



Luiz Alves/Senado Federal

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem em Plenário documentos em que um sindicato se compromete a doar à Força Sindical 30% (2008), 20% (2009) e 10% (2010) do Imposto Sindical. As doações teriam sido referendadas pelo Ministério do Trabalho.

O senador classificou os documentos como “prática ilícita documentada” e voltou a pedir a saída do ministro Carlos Lupi.

## Vicentinho quer aprovação do novo Código de Processo Civil



Luiz Alves/Senado Federal

Em resposta às críticas ao novo Código de Processo Civil, Vicentinho Alves (PR-TO) defendeu o projeto de reforma aprovado pelo Senado em dezembro (PLS 166/10). O texto agora tramita na Câmara. O

senador lembrou que o projeto foi elaborado por grupo de magistrados experientes, sob a presidência do hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux.

## Mozarildo pede justiça no caso do governador de RR



Luiz Alves/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse esperar que os ministros do Tribunal Superior Eleitoral analisem com justiça e “à luz do bom Direito” o pedido de cassação do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, acusado de usar

rádio oficial para se reeleger. O senador também criticou o governador por ter usado a estrutura do estado para viajar a Brasília para falar pessoalmente com ministros do tribunal.

Projeto que chega ao Plenário ainda divide ambientalistas e ruralistas, embora tenha como objetivo, segundo seus relatores, conciliar preservação e desenvolvimento

# Senado pode votar novo Código Florestal nesta semana

O PROJETO DO novo Código Florestal (PLC 30/11) que chega ao Plenário do Senado visa conciliar a regularização do passivo ambiental com regras para proteger as florestas, freando o desmatamento e incentivando a recuperação da vegetação. É com esse discurso que os relatores, Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC), têm defendido o substitutivo que deve ser votado nesta semana. O projeto tem sido objeto de polêmica e mobilização, uma vez que traça os limites entre preservação e atividades econômicas, tanto no campo quanto na cidade.

No centro dos acertos com o passado — o passivo ambiental — estão produtores rurais que ocuparam áreas de preservação permanente (APPs) e áreas de reserva legal (RL). Integram o grupo ocupantes que derrubaram matas seguindo leis da época e acabaram ilegais pelas regras de hoje; os fazendeiros que expandiram lavouras já na

vigência das atuais normas; pequenos produtores, empurrados pela concentração fundiária para áreas acidentadas; e ribeirinhos.

Nos 46 anos de vigência do atual código (Lei 4.771/65), considerado pelos ambientalistas o guardião da vegetação nativa, esses produtores acumularam problemas com órgãos ambientais, além de multas e, mais recentemente, dificuldades em obter crédito. No período, o desmatamento aumentou, chegando a um passivo de 50 milhões de hectares e demonstrando a ineficiência dos mecanismos atuais de comando e de controle.

O texto aprovado na Câmara, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), hoje ministro do Esporte, gerou críticas dos ambientalistas. Em seis meses de tramitação no Senado, o projeto recebeu alterações. Entre elas, a separação em disposições transitórias e normas permanentes (*veja quadro*).



Instituto de Pesca/SP

Produção de crustáceos em Cananeia (SP): projeto admite atividade em mangues

## Ainda não há acordo sobre dois pontos polêmicos

O texto que chega ao Plenário foi fruto de entendimento entre o governo e os ruralistas e conta com o apoio da maioria dos senadores nas comissões por onde tramitou, mas alguns pontos ainda poderão ser modificados. Um deles diz respeito à regularização de atividades em apicuns, parte dos manguezais onde é realizada a produção de camarão. Senadores do Nordeste querem retirar o bio-

ma da condição de APP.

Também há questionamento sobre emenda segundo a qual a consolidação de atividades rurais em bacias hidrográficas consideradas críticas dependerá do aval do comitê de bacia hidrográfica competente ou dos conselhos estaduais de Meio Ambiente.

O texto foi enviado sexta-feira à Mesa do Senado, com pedido de urgência para votação em Plenário.

### Passado e futuro

Em seis meses de tramitação no Senado, texto sofreu alterações e prevê a separação entre disposições provisórias, com regras para regularizar áreas desmatadas, e normas permanentes, para proteger as florestas existentes

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



##### Matas ciliares

Como previsto no texto que veio da Câmara, foi mantida a data de 22 de julho de 2008 como limite para regularização de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em APPs, chamadas de áreas consolidadas. Luiz Henrique e Jorge Viana explicitaram condições para essa regularização. Para todas as propriedades, fica a obrigação de, entre a área total a ser considerada consolidada, recuperar os 15 metros de mata nas margens de rios com até 10 metros de largura. Para imóveis rurais que detinham, em 2008, área de até quatro módulos fiscais, e para rios com mais de 10 metros de largura, será exigida recomposição de faixas de matas correspondentes à metade da largura do rio, observado o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros. A exigência de recomposição de mata ciliar não poderá ultrapassar o limite da reserva legal estabelecida para o imóvel. Para imóveis que detinham, na mesma data, área entre quatro e 15 módulos fiscais, a recomposição obrigatória será definida nos programas de regularização ambiental (PRA), ouvidos os conselhos estaduais de Meio Ambiente. União, estados e o Distrito Federal terão um ano, a partir da publicação da nova lei, prorrogável por igual período, para implantarem os programas.



##### Encostas e manguezais

Ainda nas regras transitórias para APPs, foram incluídas regras específicas para terras de inclinação entre 25° e 45°, em que serão admitidas atividades consolidadas. Essas atividades também serão autorizadas em apicuns e salgados, biomas que integram os manguezais nos quais são produzidos camarão e sal. Serão ainda regularizadas as ocupações no entorno de nascentes, sendo obrigatório manter vegetação em um raio mínimo de 30 metros. Para propriedades que tenham desmatado área de reserva legal, foram definidas opções para regularização, como a regeneração natural ou a compensação em outra propriedade. Em qualquer das possibilidades, será obrigatória a inscrição do imóvel no cadastro ambiental rural. As propriedades de até quatro módulos fiscais ficarão dispensadas de recompor a reserva legal, podendo regularizar a propriedade com o montante de mata nativa existente em 2008. Também não será exigida a recuperação de reserva legal para aqueles que desmataram seguindo lei da época.

#### DISPOSIÇÕES PERMANENTES

De acordo com o substitutivo, a nova lei terá como fundamento "a proteção e uso sustentáveis das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico", além de oito princípios para nortear sua aplicação. O texto lista atividades de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental para caracterizar as únicas situações passíveis de autorização de desmatamentos em APPs, além das previstas na lei. O substitutivo também incluiu os conceitos de "área abandonada", "área verde urbana", "faixa de passagem de inundação" e "áreas úmidas", os quais passam a ser utilizados para o estabelecimento de regras de proteção ambiental ao longo do texto. Em 58 artigos de normas permanentes, os relatores buscaram definir regras para colocar em prática o fundamento da lei. Abaixo, um resumo das principais medidas:



##### Área de preservação permanente

A delimitação de APP adotada no projeto segue em grande parte a lei em vigor. Em relação ao projeto aprovado na Câmara, foram incluídos os manguezais como áreas protegidas e também as faixas marginais de veredas. O texto também admite, para pequena propriedade ou posse rural familiar, o plantio temporário em terra na vazante dos rios, desde que não impliquem novos desmatamentos. Admite ainda, em área de mata ciliar e para propriedades com até 15 módulos fiscais, a prática da aquicultura.



##### Reserva legal

Os relatores mantiveram os percentuais mínimos obrigatórios previstos no Código Florestal em vigor, mas flexibilizaram algumas regras. Quem desmatou a partir de 2008 terá cinco anos para recompor a vegetação. Nessa área será permitido o aproveitamento da madeira e de frutos e sementes, com base no manejo sustentável. O projeto flexibiliza as regras para estados localizados na Amazônia Legal. Nesses casos, a reserva legal poderá ser reduzida a 50% da área da propriedade, quando mais de 65% do território do estado estiver ocupado por áreas públicas protegidas. O substitutivo também abre a possibilidade de redução da reserva com base no zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e fixa em cinco anos o prazo para que os estados aprovelem o instrumento, seguindo metodologia unificada.



##### Cadastro ambiental

A proposta em análise determina a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelece o prazo de um ano, prorrogável uma única vez por igual período, para que os donos de terras registrem suas propriedades nesse cadastro. Os dados do CAR serão disponibilizados na internet e servirão para a elaboração dos programas de regularização ambiental (PRAs).



##### Incentivos econômicos

Foi incluído capítulo específico tratando de incentivos econômicos e financeiros para preservação e recuperação de áreas florestadas. São sugeridos, por exemplo, mecanismos para remuneração por serviços ambientais — pagamento ao agricultor que preserva matas nativas, responsáveis pela conservação dos recursos hídricos e dos solos, conservação da beleza cênica natural e a conservação da biodiversidade, entre outros. Para incentivar aqueles que cumpriram a legislação ambiental, o substitutivo estabelece o critério da progressividade, por meio do qual terão prioridade no acesso a recursos e crédito. Também foi incluída a possibilidade de o governo federal implantar programas de conversão de multas para todas as propriedades. Para financiar a recomposição ou premiar a preservação, foram sugeridas como fontes de recursos porcentagem da arrecadação de cobrança pelo uso da água ou da arrecadação com o fornecimento de energia elétrica.



##### Cidades

Em artigo específico, são previstas regras para proteção de áreas verdes nas cidades, prevendo, entre outras medidas, que sejam mantidos pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante em novas expansões urbanas. Também concede poder aos conselhos estaduais de Meio Ambiente para definir as faixas mínimas de mata ciliar em rios que cortam as cidades, conforme a área de passagem de inundação.



##### Agricultura familiar

O projeto dá tratamento diferente para a agricultura familiar, em capítulo que reúne regras que levam em consideração a situação peculiar desse segmento. Os agricultores familiares poderão, por exemplo, contar com autorização para manter atividades de baixo impacto ambiental em área protegida, dispor de regras simplificadas para inscrição no cadastro ambiental rural e até mesmo para o licenciamento ambiental de planos de manejo florestal, entre outros benefícios.



##### Reciprocidade

Os relatores incluíram no projeto artigo prevendo autorização para que sejam adotadas, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), medidas de restrição às importações de produtos de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas de proteção ambiental.



Senador elogia exemplo de vida

## Jorge Viana exalta Danielle Mitterrand

Jorge Viana (PT-AC) exaltou ontem a “vida extraordinária” da ativista francesa Danielle Mitterrand, que morreu dia 22 de novembro, em Paris, aos 87 anos. Ele lembrou que a ex-primeira-dama da França destacou-se como militante de esquerda e “relativizou a palavra impossível” em sua luta pelas causas sociais.

— Ela veio ao Brasil e criou o Projeto Mensageiros da Água, queria garantir que todos tivessem acesso à água — disse o senador, salientando que, quando governador do Acre, recebeu Danielle em seu estado e colaborou com o projeto social.



Jucá: compromissos do partido

## Jucá lista pontos programáticos do PMDB

Romero Jucá (PMDB-RR) divulgou ontem o que chamou de 15 pontos programáticos, escolhidos durante a realização do fórum nacional do PMDB, em setembro, e que serão debatidos em nova reunião, no próximo dia 1º.

O documento lista como objetivos a luta pela democratização do conhecimento, universalização dos ensinos médio e superior, saúde pública universal gratuita e de qualidade, instalação de conselhos comunitários de segurança, garantia da estabilidade econômica e queda da inflação, entre outros.

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador destacou o Consenso do Rio, documento que critica o neoliberalismo e defende o planejamento público para a economia

# Requião quer unir América do Sul para crescimento

ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR) defendeu ontem a união dos países sul-americanos em torno de política econômica que priorize crescimento e desenvolvimento, estabilidade de preços e pleno emprego. Ele leu, em Plenário, o documento Consenso do Rio — ideias gerais para uma política macroeconômica desenvolvimentista convergente dos países da América do Sul.

— Para se opor ao Consenso de Washington e ao seu decálogo de recomendações que favorecem, sem qualquer restrição, aos interesses do mercado, um grupo de economistas brasileiros, reunidos pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul está propondo o Consenso do Rio, um brado



Fotos de Luiz Alves/Senado Federal

Requião defenderá Consenso do Rio na próxima reunião do Parlasul

de independência em relação às políticas macroeconômicas que há mais de duas décadas desgraçam nações e povos em todo o mundo — resumiu.

O documento é assinado, entre outros, por Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Luiz

Carlos Bresser-Pereira, Theotonio dos Santos, João Sicsú, Denise Gentil, Luiz Pinguelli Rosa, Roberto Saturnino Braga e Luis Nassif.

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), Requião adiantou que discursará sobre o documento na próxima reunião do órgão, em Montevidéu, Uruguai, na sexta-feira.

O Consenso do Rio defende também o planejamento público para o desenvolvimento econômico e apresenta críticas ao neoliberalismo, por trazer “resultados econômicos pí-fios” e agravamento dos problemas sociais para os países da América do Sul nas últimas três décadas, acrescentou Requião.



Para senador, conexão ajuda economia

## Raupp pede interligação nos transportes

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a ligação entre os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo é essencial para a integração nacional e para o escoamento interno e externo da produção brasileira.

— A intensa interligação das modalidades de transportes caracteriza os países de economia mais avançada — afirmou.

Historicamente, disse Raupp, o Brasil deu mais atenção ao transporte rodoviário, mas a realidade mostra que a “multimodalidade” e sua interligação são essenciais para o crescimento do país.

## Russo defende investimento privado na infraestrutura



A privatização das empresas telefônicas na década de 1990 permitiu que o número de linhas passasse de 22 milhões para quase 230 milhões em pouco mais de dez anos, lembrou Antonio Russo (PR-MS) ao apontar que esse processo pode assegurar os investimentos em infraestrutura exigidos pelo país.

— Imune aos dogmas da ideologia, o governo da presidente Dilma Rousseff tem prestigiado a livre iniciativa e o mundo empresarial, confiando-lhe atividades outrora monopolizadas pelo Estado — disse, citando aeroportos, estradas de rodagem e de ferro, entre outros.

## Congresso auxilia Brasil na crise, diz José Pimentel



José Pimentel (PT-CE) citou ontem medidas que o Congresso aprovou nos últimos tempos e, segundo ele, estão sendo essenciais para auxiliar o governo a atravessar a crise financeira mundial. O senador ressaltou a figura do empreendedor individual, lei aprovada no Senado em 2009. Foram mais de 1,8 milhão de empreendedores formalizados nos setores de serviços, comércio e indústria da confecção. Ele também citou a elevação dos limites das tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Supersimples e a aprovação do Plano Brasil Maior.



Senador diz que havia feito alerta

## Cassol fala de desvio de verba pública em RO

O desvio de recursos públicos destinados a obras de infraestrutura flagrado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em Rondônia no final de semana foi um dos assuntos tratados ontem no Plenário por Ivo Cassol (PP-RO).

Ele relatou os detalhes da Operação Anjos do Asfalto, que investiga desvio de mais de R\$ 30 milhões no asfaltamento da BR-429, que liga o município de Presidente Médici ao de Costa Marques. Cassol lembrou que havia denunciado irregularidades na obra quando era governador (2003–2010).

## Ferraço alerta sobre projeto de ICMS zero



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alertou para a necessidade de aprofundar o debate sobre o Projeto de Resolução 72/10, que estabelece ICMS zero nas operações interestaduais com produtos importados. Ferraço disse que, se aprovado, o projeto poderá desorganizar e inviabilizar vários estados.

— Não julgo razoável que um

projeto que mexe com a vida de tantos estados possa ser debatido em regime de urgência. Sobretudo, considerando ser o Senado a Casa que representa a Federação.

O senador discorda que o governo tenha monopólio sobre a geração de incentivos fiscais, apesar de concordar que não é saudável continuar no atual ritmo de importações.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Waldemir Moka  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Waldemir Moka • Paulo Paim

\* Licenciado

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvío Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Ana Rita cobra fim da violência contra a mulher

Ana Rita (PT-ES) chamou a atenção, ontem, para a importância de garantir a completa implantação da Lei Maria da Penha para eliminar a cultura machista e acabar com a violência contra a mulher. Citando a pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, realizada pela Fundação Perseu Abramo, ela disse que, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil.

— No Espírito Santo, dez mulheres são assassinadas para cada mil habitantes. Dados da *Mapa da Violência*



Ana Rita: combate à cultura machista

2010, do Instituto Sangari, nos mostram que o meu estado ocupa o primeiro lugar no ranking dos estados brasileiros com maior número de assassinatos contra a mulher.

Ana Rita disse que outra pesquisa — *Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil* — com 1.800 homens e mulheres, aponta que o medo de ser morta faz com que a vítima não se separe do agressor.



Parlamentar quer solução definitiva

## Delcídio alerta sobre conflitos com índios

Delcídio do Amaral (PT-MS) manifestou preocupação com a ocorrência de conflitos entre produtores rurais e indígenas e pediu empenho do Ministério da Justiça para buscar saída pacífica. Ele citou ataque a índios guarani-caiua no dia 18 deste mês em Amambaí (MS), próximo à fronteira com o Paraguai, que teria resultado na morte do cacique Nísio Gomes.

— Nós precisamos buscar uma saída definitiva para essa questão. As informações são contraditórias, mas os acontecimentos sinalizam para uma situação de grande instabilidade no nosso estado e, eventualmente, em outros estados — alertou o senador.

## Vital do Rêgo: sistema prisional é escola de crime

Vital do Rêgo (PMDB-PB) definiu o sistema prisional brasileiro como “escola da criminalidade”, que descumpra a legislação ao não recuperar o preso. Ele analisou dados do governo e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que indicam população carcerária de 512 mil, a terceira maior do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China.

— Evidência disso é o índice de reincidência prisional, que fica entre 70% e 80%.

O senador também considera o sistema de Justiça



Senadora critica omissão do governo

## Ana Amélia quer atenção para reserva indígena

Ana Amélia (PP-RS) denunciou a omissão do governo federal na demarcação de terras indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul. Ela declarou que, no estado, a Funai tem usurpado competências que não lhe pertencem e violado princípios constitucionais.

A senadora mencionou a demarcação das reservas indígenas de Mato Preto, nos municípios de Erechim, Erebangó e Getúlio Vargas, e de Passo Grande do Rio da Forquilha, que envolvem conflitos entre indígenas e agricultores. Ela criticou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por não atendê-la em audiência para discutir o assunto.



Vital critica sistema de Justiça

perverso no Brasil.

— Claramente pune o crime do pobre com muito mais frequência e eficiência do que pune o crime do rico, passando uma clara mensagem de que a culpabilidade é, no fundo, um problema de status social — criticou.

Em sua maioria, relatou, os presos são analfabetos ou têm ensino fundamental incompleto.

Atos repetitivos de violência física ou psicológica nas escolas devem ser combatidos em ação conjunta de professores, funcionários, pais e alunos, segundo participantes de audiência pública no Senado



Paulo Paim (C) coordena o debate, entre Amabile Pacios (E), Augusto Pedra, Sérgio Harfouche e Rosângela Gonzaga

# Especialistas defendem união contra o bullying

O BULLYNG NO ambiente escolar deve ser combatido por toda a sociedade, em uma união de esforços em busca de soluções. Essa ideia foi defendida ontem por debatedores em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o psicólogo Augusto Pedra, o bullying é uma epidemia psicossocial com “um rápido poder de propagação”. Ao contrário de outras ações violentas, explicou Pedra, o bullying se caracteriza por ações deliberadas e repetitivas sem motivo evidente, pelo desequilíbrio de poder entre agressores e vítimas e por causar constrangimento. Para ele, o envolvimento de professores, funcionários, pais

e alunos é fundamental para a superação dessa epidemia.

— Precisamos somar nossos esforços para enfrentar e erradicar esse mal de uma vez por todas — disse o psicólogo.

Segundo Pedra, o bullying afeta a socialização, o ensino e a aprendizagem, além do desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Ele também observou que a carência afetiva, a ausência de limites e os maus-tratos por parte dos pais são os principais causadores do problema.

### Participação dos pais

Ao narrar experiências de combate ao bullying em escolas do Distrito Federal, a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Amabile Pacios, defendeu maior participação

dos pais no ambiente escolar. Segundo ela, as famílias têm atitudes paradoxais.

— Ou os pais acham que tudo é bullying e denunciam até casos de crianças de dois anos que mordem outras ou fingem que não acontecem casos de violência com seus filhos — afirmou.

Para ela, a falta de dados concretos dificulta o combate à violência no ambiente escolar. De acordo com a professora, são comuns os casos de diretores de escolas que se negam a relatar casos de violência para não prejudicar a imagem da instituição.

— Por vezes, o diretor prefere dizer: “Não, na minha escola não há bullying”, do que assumir publicamente que ela tem esse fenômeno no seu interior — disse.

## Para promotor, diretores deveriam punir

Na audiência sobre bullying, o promotor de justiça de Mato Grosso do Sul Sérgio Harfouche defendeu reforçar a autoridade de professores e diretores. Ele sugeriu que a escola tenha poder para adotar medidas disciplinares e educacionais mais rígidas contra estudantes que praticam bullying.

Segundo ele, esse tipo de “castigo” impede a judicialização do problema e evita transformar o estudante agressor em um menor infrator:

— O que pretendemos é fortalecer a autoridade da escola, sem autoritarismo.

Para Rosângela Gonzaga, assistente social do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, é preciso aproximar família e escola. Ela sugere que assistentes sociais acompanhem todas as famílias de crianças envolvidas em violência:

— A criança já vem desestruturada de casa. Não é na escola que começa a violência. É dentro de casa.

O major Roberto Lobato Marques, do Batalhão Escolar do Distrito Federal, também vê a omissão dos pais.

— Eles muitas vezes se ausentam do papel de educadores e jogam toda a responsabilidade para a escola — disse.

Paulo Paim falou dos casos de violência de alunos contra professores. Walter Pinheiro (PT-BA) disse que não basta aprovar leis, mas sim criar ações que mudem a cultura da violência nas escolas.

## Senado deve voltar a debater acordo ortográfico em 2012

Ana Amélia (PP-RS) anunciou que solicitará à Comissão de Educação retomada da discussão sobre o novo acordo ortográfico. Enquanto o Brasil deve concluir a implementação do acordo em 2013, outros países de língua portuguesa enfrentam resistências, inclusive Portugal. Uma das providências que podem ser estudadas é a criação de grupo de trabalho.

A senadora comunicou sua proposta após reunião com o professor Ernani Pimentel, autor de diversas críticas ao novo acordo ortográfico, que, segundo ele, contém “incongruências, incongruências e muitas exceções”.

## Paim pede atenção a aposentados do Aerus

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a aprovação de projeto (PLS 147/10) que autoriza a União a indenizar os aeroviários e aeronautas aposentados pelos Instituto Aerus de Seguridade Social. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Aerus foi liquidado após a falência da Varig.

O senador comentou ainda entrevista do diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, segundo o qual, “quando o governo gasta R\$ 1 com educação pública, o PIB do país aumenta em R\$ 1,85 e a renda das famílias em R\$ 1,67”, disse Paim.

# Transparência e controle social em discussão

Conferências em todo o Brasil debatem propostas para aumentar o acompanhamento social da administração pública

Joseana Paganine

ATÉ ABRIL DE 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) vai receber sugestões da população para melhorar a transparência na gestão pública. Quem quiser apresentar proposta precisa participar de, pelo menos, uma das conferências preparatórias à 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que acontecerá de 18 a 20 de maio de 2012, em Brasília.

O objetivo da Consocial é estimular a sociedade a acompanhar o trabalho da administração pública e a exercer controle mais efetivo sobre o uso do dinheiro público. As propostas apresentadas nas etapas preparatórias serão sistematizadas e debatidas no encontro em Brasília. O resultado irá subsidiar a elaboração, pelo governo federal, do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social.

A diretora de Prevenção da



Cerca de 15 mil pessoas já participaram das mais de 300 conferências municipais, regionais e livres realizadas até agora

Corrupção da CGU, Vânia Vieira, considera que a conferência é um momento importante para o país, pois responde a demanda da sociedade, que fez abaixo-assinado para que a discussão fosse realizada. “É primeira vez que vamos debater o que já foi feito e o que ainda precisa ser feito nessa área”, disse ela, que é também presidente da comissão organizadora da Consocial.

## Várias etapas

Antes da etapa nacional, estão sendo realizadas confe-

rências municipais; regionais, com mais de um município; estaduais; e livres, organizadas por grupos de pessoas ou por instituições. Em fevereiro, será possível participar também de conferências virtuais no site da Consocial (*veja quadro Saiba Mais*).

Segundo dados da comissão organizadora, já foram realizadas, desde julho, mais de 300 conferências municipais, regionais e livres, envolvendo quase mil municípios. Os estados que, até agora, organizaram mais conferências

municipais e regionais foram Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Maranhão e Tocantins.

Cerca de 15 mil pessoas já participaram dos debates, entre representantes da sociedade civil (51%), do poder público (36%) e dos conselhos de políticas públicas (13%). Outras 131 conferências envolvendo 593 municípios já foram convocadas. Após a realização das etapas municipais e regionais, será a vez das conferências estaduais. A expectativa da comissão organizadora é de que, ao final,

a Consocial tenha mobilizado aproximadamente 1 milhão de pessoas.

## Assuntos em debate

Nas conferências, são discutidos quatro temas: promoção da transparência pública e acesso à informação; mecanismos de controle social e capacitação da sociedade para o acompanhamento da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas; e diretrizes para prevenção e combate à corrupção. Dentro desses temas, as propostas mais frequentes, até o momento, dizem respeito aos portais de transparências dos municípios; à criação de disciplinas escolares sobre controle social; à capacitação dos conselheiros de políticas públicas; e ao aperfeiçoamento da legislação contra corrupção.

A conferência conta com 41 entidades em sua comissão organizadora, entre instituições públicas, como o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU), e da sociedade civil, como a Associação Contas Abertas e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), sob a presidência da Controladoria-Geral da União.

## “Brasil avançou em relação ao tema”

De acordo com a diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Vieira, o Brasil é referência no mundo em “transparência ativa”, que é a divulgação espontânea de informações governamentais à sociedade, especialmente em relação à aplicação dos recursos orçamentários.

— O Brasil é um caso particular. Avançamos muito no acesso ativo, antes mesmo de termos uma lei de acesso à informação. Em geral, os países fazem, primeiro, uma legislação sobre o assunto e, depois, disponibilizam a informação. Mas o Portal da Transparência do Governo Federal existe desde novembro de 2004 sem que houvesse lei que obrigasse a sua existência.

Segundo dados da CGU,

em 2005, o Portal da Transparência recebeu quase 286 mil acessos. Em 2010, esse número estava em quase 3 milhões.

Mas, segundo ela, o país ainda precisa melhorar a “transparência passiva”, que se dá quando o cidadão pede acesso à informação. Vânia acredita que o problema será resolvido justamente pela Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), aprovada pelo Senado em 25 de outubro e sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, no último dia 18. “Essa lei significa mudança de paradigma, pois transforma o acesso em regra e o sigilo em exceção”, afirma.

A lei entra em vigor 180 dias após a sanção. A partir daí, lembra a diretora, qualquer

cidadão poderá pedir informação a órgão público, sem necessidade de justificar o porquê do pedido, e a administração não poderá obstar o acesso.

Para Vânia, o próximo desafio é fazer com que a legislação seja posta em prática. A Controladoria-Geral da União será responsável por coordenar esforços, como a implantação de serviços de atendimento ao cidadão nas instituições públicas.

— Mas o principal desafio é mudar a cultura, conscientizar o servidor público para a importância de sua função na transparência, para que o direito de acesso à informação seja exercido. Muitas vezes, o servidor tem receio de entregar a informação ao cidadão — avalia.

## Senado disponibiliza Portal de Transparência da Copa

Para facilitar o controle dos gastos com obras da Copa do Mundo de 2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado lançou, em julho, o Portal de Transparência da Copa (*veja quadro Saiba Mais*). Acessível a qualquer cidadão, a ferramenta permite acompanhar todo o processo, da licitação até a execução, das obras realizadas com recursos federais.

Desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), a página tem o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas dos estados e municípios envolvidos com a organização da Copa de 2014.

O portal é alimentado pelos

gestores públicos dos contratos nos estados e municípios que serão sede do Mundial. A atualização é feita mensalmente com informações enviadas pelas empresas contratadas. Os recursos só são liberados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se os dados estiverem atualizados

## Mais informação

O Senado também mantém, na internet, o seu Portal da Transparência. Lançado em 2009, traz dados sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária da Casa. Nele, o cidadão pode conferir ainda a prestação de contas das verbas indenizatórias de cada senador.

## Novas leis

### ► Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11)

Regulamenta a divulgação de documentos produzidos pela administração pública. Pela lei, qualquer pessoa pode apresentar pedido de informação a órgão público, que terá prazo de até 30 dias para atender à solicitação. Documentos de segurança do Estado são protegidos por, no máximo, 50 anos. O acesso a informações relacionadas a direitos humanos é livre. A lei também prevê punição para o agente público que descumprir as regras.

### ► Lei da Transparência (Lei 131/09)

De autoria do então senador João Capiberibe, estabelece prazos para que União, estados, municípios e Distrito Federal divulguem suas contas na internet. O prazo para municípios com mais de 100 mil habitantes terminou em 2010. Em maio de 2011, foi a vez dos que possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes. Já os municípios com até 50 mil habitantes terão até 2013 para divulgar suas contas.

## Saiba mais

**Portal da Transparência do governo federal**  
[www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)

**Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de 2014**  
[www.copatransparente.gov.br](http://www.copatransparente.gov.br)

**Portal da Transparência do Senado**  
[www.senado.gov.br/transparencia/](http://www.senado.gov.br/transparencia/)

**Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**  
[www.consocial.cgu.gov.br](http://www.consocial.cgu.gov.br)



CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)